

Brizola afirma que não vai tolerar ocupações de terra

por Waldoar Teixeira
de Porto Alegre

Se eleito presidente da República, o candidato do PDT, Leonel Brizola, não vai tolerar invasões de fazendas por agricultores sem-terra. E em seu governo não se falará de reforma agrária, mas de "democratização da propriedade", um eufemismo, que ele acredita que contribuirá para a "desideologização" do problema.

Ele repetiu isso várias vezes no fim de semana; em Porto Alegre e em Camaquã (120 quilômetros ao sul da capital), onde aproveitou para detalhar sua posição sobre a questão fundiária do País em dois pronunciamentos — um ao receber o título de cidadão benemérito, na prefeitura, e outro na agrovila de Banhado do Colégio, onde há 27 anos, como governador, implantou o primeiro projeto de reforma agrária do estado.

"Precisamos respeitar a propriedade, que é algo que julgamos parte dos direitos humanos, juntamente com a educação, tão importante que queremos para todos", afirmou Brizola. "Consequentemente, os movimentos reivindicatórios dos sem-terra devem ser até estimulados." Os acampamentos de colonos, entretanto, enfatizou, têm de se restringir às áreas públicas, às estradas, "e de forma organizada, ordeira, sem armas e sem cachaca".

Para resolver o problema agrário brasileiro, "que nos próximos vinte anos exigirá a criação de 25 milhões de novas propriedades, no campo e na cidade", Brizola diz que vai "questionar" a posse de terras por instituições financeiras e grupos industriais.

"O que faz um banco com uma propriedade rural? isso deve ser proibido, a não ser que os donos dos bancos

queiram pegar no arado ou na enxada. Banco é para administrar dinheiro e promover desenvolvimento do país. O mesmo vale para a indústria, que deve aplicar recursos e na evolução tecnológica e produzir produtos mais baratos", disse o ex-governador.

Brizola destacou que é necessário ir ao encontro da disponibilidade de terras onde ela existir, no Brasil, ao referir-se à resistência dos sem-terra gaúchos em sair do estado. Sua idéia é promover a colonização do País, inclusive da Amazônia.

"A Amazônia é um caso especial. Há um movimento internacional pregando sua preservação como se fosse um parque, mas isso não tem sentido. Temos é que desenvolvê-la adequadamente, através de um ministério próprio — o Ministério da Amazônia — sendo todos os seus problemas colocados diretamente ao presidente da República."

O candidato pedetista disse que é inteiramente favorável, inclusive, à construção da polêmica estrada Acre-Peru, desde que tomados alguns cuidados especiais. "Será necessário montar todo um serviço de preservação, com uma polícia rodoviária especializada ao longo do seu percurso e o apoio das Forças Armadas, se necessário."

No momento, diz Brizola,

o Brasil está dando todos os motivos para as críticas e pressões internacionais em relação à Amazônia. "Eu estive lá e vi o desastre que se está cometendo, e uma das primeiras medidas a adotar seria a rigorosa regulamentação da posse e uso da motosserra, um instrumento de devastação que precisa ser controlado como uma arma de fogo", afirmou.